

Balanço

# Em meio à repactuação de leniências, delações recuperaram R\$ 2 bilhões

**Relator da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin divulga balanço anual da operação, que faz dez anos neste mês**

PEPITA ORTEGA

No mês em que a Lava Jato completa dez anos, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), informou ontem que os acordos de delação premiada homologados pela Corte desde o início da operação, em março de 2014, resultaram na recuperação de mais de R\$ 2 bilhões para os cofres públicos, considerando multas e ordens de perdimento de bens.

**Audiência de conciliação**  
Ministro André Mendonça autorizou negociação de leniências da Lava Jato, sem 'revisão'

O balanço divulgado por Fachin se dá em meio ao rescaldo de decisões do ministro do STF Dias Toffoli que suspendeu o pagamento de multas bilionárias da Odebrecht (hoje Novonor) e da J&F em acordos de leniência – uma espécie de colaboração premiada para

empresas – e à renegociação de pactos firmados entre empreiteiras e a Controladoria-Geral da União (CGU). A apresentação do relatório de números da Lava Jato é realizada anualmente por Fachin, que assumiu os casos da operação no tribunal em 2017.

Desde que a fase ostensiva da Lava Jato foi aberta, no dia 17 de março de 2014, o Supremo homologou 120 acordos de colaboração premiada. De tais decisões, 22 foram proferidas por Fachin; 21 foram assinadas pelo ministro Teori Zavascki, que relatava os processos da operação até sua morte, em 2017, em um acidente de avião; e 77 foram da ministra Cármen Lúcia, ex-presidente do Supremo, enquanto a nova relatoria não tinha sido designada.

**FORO PRIVILEGIADO.** Na seara das ações penais, a Lava Jato completa dez anos no Supremo – instância onde são processadas autoridades com foro por prerrogativa de função – com duas denúncias ainda em fase de processamento, seis inquéritos em tramitação e uma ação penal aguardando decisão do colegiado sobre um empate na votação.

O relatório de Fachin aponta ainda que, até 1.º de março deste ano, o ministro proferiu mais de 20 mil decisões – no âmbito de petições, ações cau-

**Tribunal no Rio reduz em 40 anos penas impostas a Cabral**

Com a anulação pelo Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, no Rio, de três condenações de Sérgio Cabral, as penas impostas ao ex-governador foram reduzidas em 40 anos e 6 meses. Agora, as sentenças de Cabral somam 335 anos, oito meses e 29 dias. Ele está em liberdade.

As sentenças anuladas eram referentes às ações penais das fases Unfairplay, Rataouille e C'est Fini, desdobramentos da Lava Jato conduzidas pela força-tarefa do Rio. Os inquéritos apuraram suspeitas de compra de votos para a escolha do Rio como sede da Olimpíada de 2016 e de pagamento de propina em contratos públicos.

No caso da Unfairplay e Rataouille, os desembarga-

dores concluíram que o juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, não tinha preferência para julgar os processos. Os processos serão redistribuídos na Justiça Federal e vão recomençar do zero. Bretas está afastado das funções pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até a conclusão de três processos administrativos sobre sua conduta na Lava Jato.

Já em relação à C'est Fini, o TRF-2 entendeu que a Justiça Federal não tinha competência para julgamento. A ação será encaminhada à Justiça estadual e também deverá ser retomada do início.

Os advogados Patrícia Proetti e João Pedro Proetti, que defendem Cabral, disseram que a decisão reconhece "atrocidades processuais". "Permanecemos batalhando para que estes danos irreparáveis sejam, ao menos, minimizados." ● RAYSSA MOTTA

Relatório

**120** acordos de colaboração premiada foram homologados pelo Supremo desde o início da Operação Lava Jato, em 2014

telares, inquéritos e ações penais – depois de analisar 30 mil pedidos de defesas, pareceres e relatórios. Desde 2014, o Supremo proferiu 211 decisões, considerando a avaliação de agravos regimentais em colaboração premiada, exame de denúncias examinadas, julgamentos de mérito de ações pe-

nais, além de deliberações em habeas corpus e recursos.

No decorrer da ofensiva, que inicialmente apurou corrupção e desvios na Petrobras, a Procuradoria-Geral da República apresentou 34 denúncias ao Supremo. Nove ações penais foram instauradas, resultando em três condenações e quatro absolvições. Foram rejeitadas 18 acusações formais, três foram enviadas para a primeira instância e em duas houve declaração de extinção de punibilidade (quando o réu não pode ser mais punido).

**SUSPENSÃO.** Entre dezembro do ano passado e fevereiro, Toffoli atendeu a pedidos da J&F e da antiga Odebrecht – que admitiram corrupção – e suspendeu os pagamentos dos acordos de leniência celebrados pelas empresas com o Ministério Público Federal. No total, as multas somavam originalmente R\$ 14,1 bilhões.

A primeira paralisação de pagamentos foi a do grupo J&F, multado em R\$ 10,3 bilhões. A empresa pediu a suspensão de "todas as obrigações pecuniárias" decorrentes do acordo enquanto analisa os documentos da Operação Spoofing, que prende os hackers da Lava Jato. O grupo pretende usar o material para um eventual pedido de revisão da leniência.

No mês passado, em decisão monocrática, Toffoli sustou o pagamento da multa imposta à Odebrecht, que havia assumido o compromisso de pagar R\$ 2,72 bilhões em 20 anos. Em setembro de 2023, o ministro já havia determinado a anulação das provas que embasaram a leniência da companhia, assinada no fim de 2016. ●

Eleições 2024

## Com brigas internas, PSDB terá debandada de vereadores em SP

SAMUEL LIMA

Na temporada final de troca de partido antes das eleições, o PSDB na Câmara Municipal de São Paulo já estima que ao menos quatro dos oito vereadores em exercício vão abandonar o ninho. O período, chamado pela Justiça Eleitoral de janela partidária, começou ontem. O número pode aumentar, segundo apurou o Estadão.

A principal queixa dos vereadores é de falta de diálogo com a executiva nacional, presidida pelo ex-governador de Goiás Marconi Perillo. Outras reclamações são a demora em definir os nomes para a Câmara Municipal e a indefinição do prefeito de São Paulo, Ricardo

Nunes (MDB), sobre a chapa para as próximas eleições.

As projeções dos vereadores tucanos são de que o PSDB deve eleger no máximo três parlamentares este ano. Um declínio em relação a 2020, e ainda maior em relação a 2016. Legendas como o MDB, o PSD do ex-prefeito Gilberto Kassab, e o União Brasil, do presidente da Câmara, Milton Leite, são os destinos mais prováveis dos vereadores insatisfeitos.

Enquanto compõe a nominata para o Legislativo municipal, o diretório do partido vive uma troca-troca de presidentes. Já são três em cerca de três meses. Um outro prazo está na conta dos vereadores que tentam a reeleição: 5 de abril é o último dia de filiação para um

candidato que pretenda disputar o pleito.

**DIRETÓRIO ESTADUAL.** A insatisfação da bancada municipal vai de encontro a um esforço de pacificação da sigla no Estado. Em 26 de fevereiro, o diretório estadual elegeu, em chapa única, que uniu simpatizantes do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e do ex-governador de São Paulo João Doria, o ex-deputado estadual Marco Vinholi.

Em meio às tensões de um ano eleitoral, o comando municipal do partido também passou por crises. Depois de uma destituição – a do ex-presidente do partido João Alfredo – e de uma renúncia – de Orlando Faria, que optou por ser coordenador político da campanha de Tabata Amaral (PSB) à sucessão municipal –, a presidência ficou com o ex-senador José Aníbal. Vereadores classificam como "suicídio moral" permanecer no partido. ●

**O partido que entende que lugar de mulher é na política.**

**Fillie-se e participe do PSD Mulher**

www.psdmulher.org.br

flickr psdmulher55 @psdmulher

psd 55 mulher

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSADAR  
PRESSEADAR COM. LTDA. 042.271.6024  
CNPJ 06.948.888/0001-01

pressadar